

HABEAS CORPUS Nº 486.140 - SP (2018/0344234-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAFAELA COMUNALE ALEIXO - SP307975
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ALEXANDRE BARBOSA DE PAULA (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. LIVRAMENTO CONDICIONAL. AUSÊNCIA DE INTERRUPTÃO PARA OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 441/STJ. ORDEM CONCEDIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ALEXANDRE BARBOSA DE PAULA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Consta dos autos que o Tribunal local deu provimento ao agravo de Execução Penal n.º 0005616-54.2018.8.26.05.09, interposto pelo Ministério Público, a fim de "*determinar que a interrupção da contagem dos lapsos já realizada em relação a Alexandre Barbosa de Paula incida também sobre o livramento condicional*" (acórdão – fl. 51).

No presente *writ*, a Defensoria Pública de São Paulo alega que o mencionado entendimento contraria o enunciado da Súmula n.º 441 desta Corte Superior.

Requer o restabelecimento da decisão do Juízo das Execuções Penais.

O pedido liminar foi deferido (fls. 56-57).

Informações às fls. 61-93.

O Ministério Público Federal opinou pela concessão *ex officio* da ordem (fls. 97-99).

É o relatório. Decido.

Conforme salientei ao deferir o pedido liminar, o acórdão impugnado afastou expressamente a aplicação da Súmula n.º 441/STJ por entender que a orientação jurisprudencial desta Corte Superior afronta o disposto no art. 127 da Lei de Execução Penal (fls. 49-50).

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Confira-se:

"Nos termos do artigo 127, da Lei de Execução Penal, é determinado o reinício da contagem do período de pena prisional cumprida para fim de remição, quando o condenado se vê punido por prática de falta grave.

E tal entendimento, calcado em lei ordinária, se confronta com os ditames do verbete 441, já citado, pelo qual 'A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional'.

Por certo há que prevalecer, na espécie, a Lei nº 7.209/84, uma vez que, como bem explicitado no alentado voto nº 11.392, do eminente Desembargador Amado de Faria, 'Não há distinção ontológica entre os benefícios previstos para a execução de pena'."

Nesses termos, deve ser restabelecida a decisão de primeiro grau de jurisdição, a qual aplicou o entendimento de que *"A falta grave não interrompe o prazo para obtenção de livramento condicional"* (Súmula 441, Terceira Seção, julgado em 28/04/2010, DJe 13/05/2010).

Ante o exposto, **CONCEDO A ORDEM** de *habeas corpus*, para restabelecer a decisão do Juízo das Execuções Penais (fls. 26-27).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora